

A. 4/3/50
A. 4/3/50



PROJETO N 1208 DE 1950

Protocollo n.º 0304

cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do M. Agricultura

DESPACHO:

Comissões Justiça - Agricultura - Serviço P. Civil e
Finanças.
em 24 de janeiro de 1950

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Antônio Lacerda, em 19

O Presidente da Comissão de MacArthur

Aq. Sr. 11/11, em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. em 19

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19____

O Presidente da Comissão de.....

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____ em _____ 19____

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de

Ao Sr. _____, em 19____

O Presidente da Comissão de.....

Ao Sr. _____, em 19 ____

O Presidente da Comissão de

SINOPSE

Projeto N.º _____ de _____ de 19 _____

Emenda: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em de _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

A IMPRIMIR

Em

15/50

Câmara dos Deputados

Projeto

n.º 1.208/A - 1950
(convocação)

HILTON

Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura; com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto.
- (Do Anexo) -

Projeto n.º 1.208/50 a que se refere o parecer -

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o artigo primeiro desta Lei.

Art. 3.º A administração do Parque Nacional de Caparaó será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5.º Para cumprimento da presente lei, fica o Poder Executivo au-

torizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	5.000.000,00

Art. 6.º O Poder Executivo baixará oportunamente o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1949. — Nery Ramos. —
Georgino Avelino. — João Villasboas.



~~Projeto 1208/50~~

PARECER da Comissão de Constituição
e Justiça

Originário da outra Casa do Congresso Nacional é o projeto 1208/50, que cria, na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Espírito Santo e Minas Gerais, o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo. No artigo 2º autoriza-se o Ministério da Agricultura a entrar em entendimento com os Estados supracitados para efeito da obtenção da área necessária à instalação do parque. O artº 3º prevê a forma da administração e o 4º cria o cargo de administrador na categoria de função ~~qualificada~~ (F G 1) com a remuneração anual de CR\$36.000,00. Finalmente o artº 5º autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de CR\$5.000.000,00 para atender às despesas com pessoal e instalação do parque.

Feito esse resumo, cabe-nos indagar da constitucionalidade do projeto em face do que dispõe a parte final do §1º do artigo 67 da Constituição, assim concebido:

"Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira".

O poder constituinte de 1946, seguindo aliás a esteira das constituições de 1891 e 1934, estabeleceu ser de competência da Câmara, além do Poder Executivo, a iniciativa das leis



C 29

- 2 -

sobre matéria financeira. "De tôdas as leis de impostos" rezava a Carta de 1891. "De tôdas as leis sobre matéria fiscal e financeira" declarava o texto de 1934.

Embora com ligeiras modificação nos textos, ressalta a uniformidade de pensamento no sentido de mater, como privativa da câmara popular, a iniciativa das leis que acarretem ônus ao contribuintes. É que este ramo do legislativo se alicerça, ainda hoje, nos fundamentos que originaram as assembleias dos representantes do povo, surgidas quando este exigiu ao Governo sua prévia audiência e aprovação para o lançamento de tributos.

Há, porém, os que emprestam um sentido restrito à expressão "matéria financeira" para só compreender as leis que criem impostos. Outros, adotando um sentido mais amplo, iriam até o ponto de abranger também as leis cuja finalidade principal fôsse autorizar uma despesa. Mas uns e outros, excluindo os projetos em que a despesa fôsse apenas accidental, ou melhor, complementar. E em tais fundamentos deve ter encontrado base a douta Casa da Câmara Alta, para dar como constitucional o projeto ora em exame.

Lamentamos, porém, não poder aceitar a tese. De matéria financeira, entendemos, cogitam todos os projetos que acarretem despesa direta ao Tesouro Nacional. Não importa que, como no caso em apreço, a finalidade fundamental do projeto pareça ser outra, estranha à matéria financeira. Se assim não fôsse, então não haveria projetos que, autorizando despesa, pudessem ser havidos como de matéria financeira, porquanto, quando se autoriza uma despesa ou um crédito, em um projeto, é sempre para alguma finalidade. Impossível



630

- 3 -

seria a existência de proposição que se resumisse em autorizar uma despesa sem dizer do seu fim.

Diante das razões acima expostas, temos o projeto como inconstitucional.

Sala Afrânio de Mello Franco, 9 de maio

1950

Agamenon Magalhães
Aristides Langaro
Clínio Fariato
Carlos Waldemar
Antonio Feliciano
Edgar de Azevedo
Ataliba Nogueira
Vereia da Silva
Caiado Gadoi
Ponheiro Machado
Hermes Lima
Samuel Duarte
Gustavo Capanem

[assinatura] - Presidente
[assinatura] Relator

Clínio Fariato
Carlos Waldemar
~~Antonio Feliciano~~
~~Edgar de Azevedo~~
~~Hermes Lima~~
Samuel Duarte

[assinatura]
Ponheiro Machado
Hermes Lima
Samuel Duarte
Gustavo Capanem

Proj. 1.208/50
(com.)

A IMPRIMIR

14.1.50

[Handwritten signature]

1968

20 de dezembro de 1949

Excelentíssimo Senhor Deputado Munhoz da Rocha
Primeiro Secretário da Câmara dos Deputados



Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, a fim de que se digne de submeter à consideração da Câmara dos Deputados, o incluso autógrafo do projeto do Senado que cria o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha distinta consideração.

[Handwritten signature of Georgino Avelino]

Senador Georgino Avelino
1 Secretário

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º - Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2º - Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o artigo primeiro desta lei.

Art. 3º - A administração do Parque Nacional de Caparaó será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5º - Para cumprimento da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pes-

soal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

Para função gratificada	Cr \$	36.000,00
Para pessoal mensalista	Cr \$	130.000,00
Para pessoal diarista	Cr \$	230.000,00
Para instalação do Parque	Cr \$	<u>4.604.000,00</u>
Total	Cr \$	5.000.000,00

Art. 6º - O Poder Executivo baixará, oportunamente, o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SENADO FEDERAL, em 20 de dezembro de 1949

M. A. P. B. P.
Florianópolis
J. A. B. P.

Projeto

C155

N.º 1.208-1950

(Convocação)

7/ Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

(Do Senado Federal)

CÂMARA DOS DEPUTADOS



SENADO FEDERAL

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º - Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2º - Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o artigo primeiro desta lei.

Art. 3º - A administração do Parque Nacional de Caparaó será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4º - Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de R\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5º - Para cumprimento da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	R\$ 5.000.000,00

Art. 6º - O Poder Executivo baixará, oportunamente, o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1949

NEREU RAMOS

GEORGINO AVELINO

JOÃO VILASBOAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 1.208-A — 1950

(Convocação)

Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura com parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela inconstitucionalidade do projeto

PROJETO N.º 1.208-50, A QUE SE REFERE O PARECER

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santos, o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Nacional do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o desenvolvimento do turismo.

Art. 2.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o artigo primeiro desta Lei.

Art. 3.º A administração do Parque Nacional de Caparaó será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5.º Para cumprimento da presente lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a anteceder às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	5.000.000,00

Art. 6.º O Poder Executivo baixará oportunamente o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também, as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1949. — Nereu Ramos. — Georgino Avelino. — João Villasbóas.

Rejeitado
16.5.50
Lima

Projeto

Parecer da Comissão de Constituição e Justiça

Originário da outra Casa do Congresso Nacional é o projeto 1.203-50, que cria, na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Espírito Santos e Minas Gerais, o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura e com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo. No artigo 2.º autoriza-se o Ministério da Agricultura a entrar em entendimento com os Estados supracitados para efeito da obtenção da área necessária à instalação do parque. O art. 3.º prevê a forma da administração e o 4.º cria o cargo de administrador na categoria de função gratificada FG1 com a remuneração anual de Cr\$ 36.000,00. Finalmente o art. 5.º autoriza a abertura, pelo Ministério da Agricultura, do crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 para atender às despesas com pessoal e instalação do parque.

Feito esse resumo, cabe-nos indagar da constitucionalidade do projeto em face do que dispõe a parte final do § 1.º do artigo 1.º da Constituição, assim concebido:

"Cabe à Câmara dos Deputados e ao Presidente da República a iniciativa da lei de fixação das forças armadas e a de todas as leis sobre matéria financeira".

O poder constituinte de 1946, seguindo aliás a estirpe das constituições de 1891 e 1934, estabeleceu ser de competência da Câmara, além do Poder Executivo, a iniciativa das leis sobre matéria financeira. "De todas as leis de impostos" rezava a Carta de 1891. "De todas as leis sobre matéria fiscal e financeira" declarava o texto de 1934.

Embora com ligeiras modificações nos textos, assalta a uniformidade de pensamento no sentido de manter, como privativa da Câmara popular, a iniciativa das leis que acarretem

ônus aos contribuintes. É que este ramo do legislativo se alicerça, ainda hoje, nos fundamentos que originaram as assembléias dos representantes do povo, surgidas quando este exigiu ao Governo, sua prévia audiência e aprovação para o lançamento de tributos.

Há, porém, os que emprestam um sentido restrito à expressão "matéria financeira" para só compreender as leis que criem impostos. Outros, adotando um sentido mais ampliativo, iriam até o ponto de abranger também as leis cuja finalidade principal fôsse autorizar uma despesa. Mas uns e outros, excluindo os projetos em que a despesa fôsse apenas accidental, ou melhor, complementar. E em tais fundamentos deve ter encontrado base a douta Casa da Câmara Alta, para dar como constitucional o projeto ora em exame.

Lamentamos, porém não poder aceitar a tese. De matéria financeira, entendemos, cogitam todos os projetos que acarretam despesa direta ao Tesouro Nacional. Não importa que, como no caso em apreço, a finalidade fundamental do projeto pareça ser outra, estranha à matéria financeira. Se assim não fôsse, então não haveria projetos que, autorizando despesa, pudessem ser havidos como de matéria financeira, porquanto, quando se autoriza uma despesa ou um crédito, em um projeto, é sempre para alguma finalidade. Impossível seria a existência de proposição que se resumisse em autorizar uma despesa em dizer do seu fim.

Diante das razões acima expostas, vemos o projeto como inconstitucional.

Sala Afrânio de Melo Franco, 9 de maio de 1950. — Agamenon Magalhães, Presidente. — Aristides Lagra, Relator. — Plínio Barreto. — Carlos Valdemar. — Antônio Feliciano. — Edgard de Arruda. — Ataliba Nogueira. — Pereira da Silva. — Caiado Gódi. — Pinheiro Machado. — Hermes Lima. — Samuel Duarte. — Gustavo Capanema.

// pela inconstitucionalidade

Caixa: 216

Lote: 26

PL N.º 1208/1949

10

CÂMARA DOS DEPUTADOS

N. 208 A
1950

Pêra

Projeto _____ 111

Plano de J. X. B. $\frac{9.550}{A. Longue}$ _____ pag. 2

Rejeitado

*As comissões de Constituição e Justiça, Agricultura,
Serviço Público e Minas.*



24.1.50

[Assinatura]

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO

N.º 1.208 — 1950

(Convocação)

Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura

Senado
(Do Poder Executivo)

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimentos com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o artigo primeiro desta Lei.

Art. 3.º A administração do Parque Nacional de Caparaó será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5.º Para cumprimento da presente lei, fica o Poder Executivo au-

torizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de .. Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista ..	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	5.000.000,00

Art. 6.º O Poder Executivo baixará, oportunamente, o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 20 de dezembro de 1949. — *Nereu Ramos*. — *Georgino Avelino*. — *João Villasboas*.



SENADO FEDERAL

PARECERES

Ns. 1.608 e 1.609, de 1949

N.º 1.608, de 1949

*Da Comissão de Agricultura,
Indústria e Comércio, sobre o
Projeto de Lei do Senado n.º 30,
de 1949.*

Relator: Senador Sá Tinoco

Elaborado pelo nobre Senador Santos Neves e subscrito também pelos ilustres representantes das bancadas mineira e esperitossantense nesta Casa, foi apresentado, em julho do corrente ano, o Projeto de Lei n.º 30, que tem por objetivo a criação do Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

A justificação que acompanha o Projeto, bem como os demais elementos elucidativos representados em relatórios, planta e fotografias que o completam, dizem bem alto da oportunidade e conveniência de ser concretizada em lei a medida proposta.

Efetivamente, constitui dever elementar do Estado zelar pela conservação e defesa do inestimável patrimônio nacional consubstanciado pela opulência de sua flora e pela impressionante variedade de sua fauna, mormente quando situadas nos magestosos cenários em que se estadoam, em toda a sua plenitude, as maravilhosas belezas naturais da nossa Pátria.

A Serra do Caparaó onde se ergue o famoso Pico da Bandeira, ponto culminante do País, não deve ficar abandonada e esquecida, merecendo toda a atenção governamental ao sentido de criar-se ali um grande centro de atração turística.

Bem inspirado andou o nobre autor do Projeto em reclamar para aquela maravilhosa região a assistência oficial do Governo. Os técnicos do Ministério da Agricultura que percorreram a região testemunham o grau de devastação, pelas queimadas sucessivas, de sua riqueza florestal e clamam, com veemência, por uma intervenção mais rigorosa do Governo na preservação de sua fauna "quase extinta pelas caçadas sem limite e, sobretudo, sem a observância do Código de Caça e Pesca".

Região facilmente acessível pelo sistema de comunicações de Espera Feliz, no Estado do Rio de Janeiro, e situada no ponto de convergência dos troncos rodoviários dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, está o massiço do Caparaó magnificamente localizado para servir aos fins a que se propõe o projeto com a instalação ali de um Parque Nacional que bem poderá se transformar futuramente, em motivo de atração e turismo, dada também a sua proximidade da Capital da República.

Por todas essas razões, não ocultamos a nossa simpatia pelo Projeto, cuja aprovação recomendamos assim aos nobres colegas desta Comissão.

Sala das Comissões em 20 de setembro de 1949 — *Pereira Pinto,*

Presidente. — *Sa Tinoco*, Relator.
— *Walter Franco*. — *Maynard Gomes*.

1.609, de 1949

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1949.

Relator: Senador Apolônio Sales.

O presente projeto de lei é da autoria do nobre senador Santos Neves.

S. Ex.^a que foi largo tempo zeloso e dinâmico chefe do governo do Espírito Santo conhece muito bem o seu grande estado.

Em face deste conhecimento, não lhe escapam as necessidades bem como os privilégios da região em que encrava o laborioso estado capichaba.

No Espírito Santo, onde a natureza é consideravelmente generosa, porque sem os excessos da Amazônia e sem as carências do Nordeste, repousam, ao meu ver, grandes perspectivas econômicas para o país.

Próximo do litoral situa-se a grande riqueza do Vale do Rio Doce, cada vez mais dilatado com a proximidade da orla marítima. Nem por isto, entretanto se restringe a modo de perder as características de uma bacia aproveitável, já nas proximidades do ponto de confluência dos primeiros afluentes.

Adensam-se na extensão de todo o vale as florestas mais interessantes deste estado intermediário entre as riquezas da Bahia e a exuberância do Rio de Janeiro.

Mas, não é somente o Vale do Rio Doce que se pode apontar, como privilégio do Estado do Espírito Santo.

É também que aí se implanta uma das serras mais características do sistema orográfico nacional.

A serra do Caparaó, onde avulta, sobranceiro, o pico da Bandeira, ponto culminante na altimetria nacional.

Em volta deste cume, expande-se, nas faldas recobertas de vegetação luxurante, a mata típica, onde as plantas se adensam e os céus secos disputam espaço.

Tudo na região se reveste de aspectos paisagísticos deslumbrantes. Efeitos, talvez, da grande altitude em que se alçam os quatros florísticos da selva semitropical. O pico se ergue 26.884 metros, surgindo a vista dos viajantes que de avião sobrevoam, não raro um intenso mar

de arvrens alvas, interrompido como, por encanto, pelo cone negro e bem talhada da cumiada do massiço orográfico.

Nas encostas do morro e da serra, processa-se agora, infelizmente, uma verdadeira incursão incenoclastica. Ruim as reservas florestais ao apetite dos inconscientes, sem sempre, mas das necessidades de algum rendimento a mais a terra que possuem ou que exploram. Em certos casos já tem é mais o machado o instrumento que abate os cabeços altos das árvores nativas. Levantando muito tempo para se cortar um tronco de metros de perícia. Grande esforço seria preciso. O fogo, o fogo é a que recorrem muitas vezes os homens imprevidentes. E os incêndios se eslastram a devastação assustante risos de calamidade.

E a Serra do Caparaó ainda, protegida de matas, em vias porém de ser despida da roupagem protetora, onde nascem os rios Itapemirim e Itabapoana, cuja significação na rede potamográfica do Espírito Santo ninguém contesta. Na mesma serra se abastecem afluentes do Rio Doce, de modo que não seria muito exagerado dizer-se que a Serra do Caparaó é no Espírito Santo o acidente de maior expressão geográfica, como que a matriz da esplêndida configuração do estado.

O projeto do nobre senador Jonas Neves visa incorporar ao patrimônio florestal estudado e protegido do país esta Serra fundando ali um parque nacional nos moldes previstos pela legislação em vigor.

Precedeu o seu projeto um estudo feito pela Secretaria da Agricultura do Estado, no qual foram fixadas as principais conveniências do empreendimento. Ainda pelo Ministério da Agricultura foi feito um estudo da conveniência de ampliar-se a sua rede de parques, incorporando mais este. Para que o estudo fosse bem feito foi enviado um dos técnicos de maiores credenciais do Serviço Florestal do Ministério, ao local. O relato deste técnico encontra-se em anexo. Dispensamo-nos de repetir os conceitos favoráveis expendidos pelo agrônomo. Lembra apenas que não foram esquecidas as principais faces do empreendimento, como por exemplo, a conexão, por meios de transporte acessíveis aos centros populosos mais próximos.

Tudo foi examinado concluindo o técnico para que se instalasse o novo

parque. Apenas opinou para que a criação da nova unidade florestal tivesse verbas próprias e não recaísse sobre as já minguadas do Ministério da Agricultura e a que se arrimam outros empreendimentos do Governo Federal.

O projeto do senador Santos Neves previu recursos próprios para o Parque Florestal do Pico da Bandeira, de vez que no projeto se providencia o crédito de Cr\$ 5.000.000,00, cuja aplicação se discrimina de acordo com as sugestões do técnico.

Por tudo isto que acabo de expor, não tenho dúvida de dar o meu parecer favorável a esta proposição, esperando ser acompanhado pelos ilustres membros da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões em 4 de novembro de 1949 — Ismar de Góis, Presidente em exercício. — Apolônio Sales Relator. — Alfredo Neves. — Aituro Adolpho. — Santos Neves. — Vespasiano Martins. — Salgado Filho. — Durval Cruz. — Victorino Freire.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 30, de 1949

Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimento com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o art. 1.º desta lei.

Art. 3.º A administração do Parque Nacional de Caparaó, será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de

Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5.º Para o cumprimento da presente lei, foca o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista ..	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	5.000.000,00

Art. 6.º O Poder Executivo baixará, oportunamente, o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A região de Caparaó, onde se encontra o ponto culminante do País, o famoso Pico da Bandeira, reclama pronta assistência do Governo. As suas florestas, cada vez mais intensas e irracionalmente exploradas, estão a desaparecer, transformadas em lenha de carvão. A fauna, do mesmo modo, vai sendo extinta pelas caçadas sem limites, em desrespeito ao Código de Caça e Pesca.

Todavia, a região em causa, pelas suas características especiais merece ser preservada e também aproveitada como centro de atração turística. Há o contraste não só da natureza do solo, como de altitude entre a base e as culminâncias do maciço rochoso onde estão situados, além do Pico da Bandeira, os não menos famosos picos do Cristal, Calçado, Cruzeiro, Chibata e Pedra Menina.

A instalação de um Parque Nacional nessa zona, nos termos do Código Florestal em vigor, é medida que se impõe.

Além do mais, um estabelecimento dessa natureza constitui sempre um

fator de civilização e educação, principalmente quando situados em zonas do interior. E, no caso, com as suas finalidades turísticas será também um elemento econômico, pois irá estimular o desenvolvimento comercial e industrial da região.

Na região onde será instalado o Parque Nacional de Caparaó, nascem as bacias dos rios Doce, Itapimirim e Itabapoana. O Parque em questão,

terá também a finalidade de conservar as florestas protetoras destas nascentes.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1949. — *Santos Neves* — *Henrique de Novais* — *Mello Vianna* — *Levindo Coelho* — *Bernardes Filho* — *Attilio Vivacqua*.

Publicado no "Diário do Congresso Nacional", de 7 de julho de 1949.



SENADO FEDERAL

PARECERES

Ns. 1.608 e 1.609, de 1949

N.º 1.608, de 1949

Da Comissão de Agricultura, Indústria e Comércio, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1949.

Relator: Senador Sá Tinoco

Elaborado pelo nobre Senador Santos Neves e subscrito também pelos ilustres representantes das bancadas mineira e esperitossantense, nesta Casa, foi apresentado, em julho do corrente ano, o Projeto de Lei n.º 30, que tem por objetivo a criação do Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

A justificação que acompanha o Projeto, bem como os demais elementos elucidativos representados em relatórios, planta e fotografias que o completam, dizem bem alto da oportunidade e conveniência de ser concretizada em lei a medida proposta.

Efetivamente, constitui dever elementar do Estado zelar pela conservação e defesa do inestimável patrimônio nacional consubstanciado pela opulência de sua flora e pela impressionante variedade de sua fauna, mormente quando situadas nos magestosos cenários em que se estendem, em toda a sua plenitude, as maravilhosas belezas naturais da nossa Pátria.

A Serra do Caparaó onde se ergue o famoso Pico da Bandeira, ponto culminante do País, não deve ficar abandonada e esquecida, merecendo toda a atenção governamental ao sentido de criar-se ali um grande centro de atração turística.

Bem inspirado andou o nobre autor do Projeto em reclamar para aquela maravilhosa região a assistência oficial do Governo. Os técnicos do Ministério da Agricultura que percorreram a região testemunham o grau de devastação, pelas queimadas sucessivas, de sua riqueza florestal e clamam, com veemência, por uma intervenção mais rigorosa do Governo na preservação de sua fauna "quase extinta pelas caçadas sem limite e, sobretudo, sem a observância do Código de Caça e Pesca".

Região facilmente acessível pelo sistema de comunicações de Espera Feliz, no Estado do Rio de Janeiro, e situada no ponto de convergência dos trencos rodoviários dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, está o massiço do Caparaó magnificamente localizado para servir aos fins a que se propõe o projeto com a instalação ali de um Parque Nacional que bem poderá se transformar futuramente, em motivo de atração e turismo, dada também a sua proximidade da Capital da República.

Por todas essas razões, não ocultamos a nossa simpatia pelo Projeto, cuja aprovação recomendamos assim aos nobres colegas desta Comissão.

Sala das Comissões em 20 de setembro de 1949 — *Pereira Pinto,*

Presidente. — *Sa Tinoco*, Relator.
— *Walter Franco*. — *Maynard Gomes*.

1.609, de 1949

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 30, de 1949.

Relator: Senador Apolônio Sales.

O presente projeto de lei é da autoria do nobre senador Santos Neves.

S. Ex.ª que foi largo tempo zeloso e dinâmico chefe do governo do Espírito Santo conhece muito bem o seu grande estado.

Em face deste conhecimento, não lhe escapam as necessidades bem como os privilégios da região em que encrava o laborioso estado capichaba.

No Espírito Santo, onde a natureza é consideravelmente generosa, porque sem os excessos da Amazônia e sem as carências do Nordeste, repouzam, ao meu ver, grandes perspectivas econômicas para o país.

Próximo do litoral situa-se a grande riqueza do Vale do Rio Doce, cada vez mais dilatado com a proximidade da orla marítima. Nem por isto, entretanto se restringe a modo de perder as características de uma bacia aproveitável, já nas proximidades do ponto de confluência dos primeiros afluentes.

Adensam-se na extensão de todo o vale as florestas mais interessantes deste estado intermediário entre as riquezas da Bahia e a exuberância do Rio de Janeiro.

Mas, não é somente o Vale do Rio Doce que se pode apontar, como privilégio do Estado do Espírito Santo.

E' também que aí se implanta uma das serras mais características do sistema orográfico nacional.

A serra do Caparaó, onde avulta, sobranceiro, o pico da Bandeira, ponto culminante na altimetria nacional.

Em volta deste cume, expande-se, nas freixas recobertas de vegetação luxuriante, a mata típica, onde as perolas se adeusam e os céus seculares disputam espaço.

Tudo na região se reveste de aspectos paisagísticos deslumbrantes. Efeitos, talvez, da grande altitude em que se alçam os quatros florísticos da silva semitropical. O pico se ergue 26.884 metros, suplantando a vista dos viajantes que de avião so-

bre vivens alvas, intermido como por encanto, pelo cone negro e bem tohado da cumeada do massiço orográfico.

Nas encostas do morro e da serra, processa-se agora, infelizmente, uma verdadeira incursão inconciliável. Ruim as reservas florestais ao apetite dos inconcidentes, sem sempre, mas dos necessitados de algum rendimento a mais da terra que possuem ou que exploram. Em certos casos já tem é mais o machado o instrumento que abate os cabeços altanados das árvores nativas. Levantaria muito tempo para se cortar um tronco de metros de perféria. Grande esforço seria preciso. O fogo, o fogo é a que recorrem muitas vezes os incêndios imprevidentes. E os incêndios e a devastação assume risos de calamidade.

E na Serra do Caparaó, ainda, protegida de matas, em vias porém de ser despida da roupagem protetora, onde nascem os rios Itapemirim e Itabapoana, cuja significação na rede potamográfica do Espírito Santo ninguém contesta. Na mesma serra se abastecem afluentes do Rio Doce, de modo que não seria muito exagerado dizer-se que a Serra do Caparaó é no Espírito Santo o acidente de maior expressão geográfica, como que a matriz da esplêndida configuração do estado.

O projeto do nobre senador Jonas Neves visa incorporar ao patrimônio florestal estudado e protegido do país esta Serra fundando ali um parque nacional nos moldes previstos pela legislação em vigor.

Precedeu o seu projeto um estudo feito pela Secretaria da Agricultura do Estado, no qual foram fixadas as principais conveniências do empreendimento. Ainda pelo Ministério da Agricultura foi feito um estudo da conveniência de ampliar-se a sua rede de parques, incorporando mais este. Para que o estudo fosse bem feito foi enviado um dos técnicos de maiores credenciais do Serviço Florestal do Ministério ao local. O relato deste técnico encontra-se em anexo. Dispensar-me de repetir os conceitos favoráveis expendidos pelo agrônomo. Lembra apenas que não foram esquecidas as principais faces do empreendimento, como, por exemplo, a conexão, por meios de transporte acessíveis aos centros populosos mais próximos.

Tudo foi examinado concluindo o técnico para que se instalasse o novo

parque. Apenas opinou para que a criação da nova unidade florestal tivesse verbas próprias e não recaísse sobre as já minguadas do Ministério da Agricultura e a que se arrimassem outros empreendimentos do Governo Federal.

O projeto do senador Santos Neves previu recursos próprios para o Parque Florestal do Pico da Bandeira, de vez que no projeto se providencia o crédito de Cr\$ 5.000.000,00, cuja aplicação se discrimina de acordo com as sugestões do técnico.

Por tudo isto que acabo de expor, não tenho dúvida de dar o meu parecer favorável a esta proposição, esperando ser acompanhado pelos ilustres membros da Comissão de Finanças.

Sala das Comissões em 4 de novembro de 1949 — Ismar de Góis, Presidente em exercício. — Apolônio Sales Relator. — Alfredo Neves. — Alvaro Adolpho. — Santos Neves. — Vespasiano Martins. — Salgado Filho. — Durval Cruz. — Victorino Freire.

PROJETO DE LEI DO SENADO

N.º 30, de 1949

Cria o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica criado na região circunvizinha ao Pico da Bandeira, abrangendo terras dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, o Parque Nacional de Caparaó, subordinado ao Serviço Florestal do Ministério da Agricultura, com a finalidade de proteger a natureza regional e concorrer para o incremento do turismo.

Art. 2.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a entrar em entendimento com os Governos dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo a fim de obter as terras necessárias à instalação do Parque a que se refere o art. 1.º desta lei.

Art. 3.º A administração do Parque Nacional de Caparaó, será exercida por funcionários lotados no Serviço Florestal e extranumerários admitidos na forma da legislação em vigor.

Art. 4.º Fica criada no Serviço Florestal do Ministério da Agricultura a função gratificada (FG-1) de Administrador do Parque Nacional de Caparaó, com a remuneração de

Cr\$ 36.000,00 (trinta e seis mil cruzeiros) anuais.

Art. 5.º Para o cumprimento da presente lei, foca o Poder Executivo autorizado a abrir, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros), destinado a atender às despesas com a função gratificada criada no artigo precedente e com o pessoal extranumerário mensalista e diarista necessário à instalação do Parque a que se refere esta lei, assim discriminado:

	Cr\$
Para função gratificada	36.000,00
Para pessoal mensalista	130.000,00
Para pessoal diarista ..	230.000,00
Para instalação do Parque	4.604.000,00
Total	5.000.000,00

Art. 6.º O Poder Executivo baixará, oportunamente, o regulamento de execução desta lei, estabelecendo também as instruções necessárias sobre a entrada, permanência e cobrança de ingressos para excursionistas.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Justificação

A região de Caparaó, onde se encontra o ponto culminante do País, o famoso Pico da Bandeira, reclama pronta assistência do Governo. As suas florestas, cada vez mais intensas e irracionalmente exploradas, estão a desaparecer, transformadas em lenha de carvão. A fauna, do mesmo modo, vai sendo extinta pelas caçadas sem limites, em desrespeito ao Código de Caça e Pesca.

Todavia, a região em causa, pelas suas características especiais merece ser preservada e também aproveitada como centro de atração turística. Há o contraste não só da natureza do solo, como de altitude entre a base e as culminâncias do maciço rochoso onde estão situados, além do Pico da Bandeira, os não menos famosos picos do Cristal, Calçado, Cruzeiro, Chibata e Pedra Menina.

A instalação de um Parque Nacional nessa zona, nos termos do Código Florestal em vigor, é medida que se impõe.

Além do mais, um estabelecimento dessa natureza constitui sempre um

fator de civilização e educação, principalmente quando situados em zonas do interior. E, no caso, com as suas finalidades turísticas será também um elemento econômico, pois irá estimular o desenvolvimento comercial e industrial da região.

Na região onde será instalado o Parque Nacional de Caparaó, nascem as bacias dos rios Dôce, Itapimirim e Itabapoana. O Parque em questão,

terá também a finalidade de conservar as florestas protetoras destas nascentes.

Sala das Sessões, em 5 de julho de 1949. — Santos Neves — Henrique de Novais — Mello Vianna — Levindo Coelho — Bernardes Filho — Attilio Vivacqua.

Publicado no "Diário do Congresso Nacional", de 7 de julho de 1949.

OBSERVAÇÕES

DOCUMENTOS ANEXADOS: